

Cabral altera seu substitutivo e adia a entrega

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O relator Bernardo Cabral conseguiu prorrogar até a próxima quarta-feira o prazo — que venceria hoje — para apresentação de seu substitutivo. O adiamento foi anunciado pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao final de duas horas de reunião com Cabral, o Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e o Líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, na manhã de ontem.

Algumas definições sobre o conteúdo do substitutivo foram tomadas ontem: o prazo para implantação do parlamentarismo, que havia sido anunciado para 1990 e depois para seis meses após a promulgação da nova Carta, foi antecipado — segundo Cabral, 120 dias é um prazo intermediário entre as propostas existentes. O relator disse que a reação contrária das lideranças o levou a convencer-se de que será melhor a adoção do parlamentarismo logo depois de encerrados os trabalhos da Constituinte.

Outro ponto já fechado, segundo o Senador Fernando Henrique Cardoso, é a duração do mandato do Presidente Sarney: a primeira intenção de Cabral era deixar a decisão para fase posterior, na discussão das disposições transitórias, mas Cardoso garantiu que o substitutivo vai conservar a fórmula vinda das comissões temáticas, ou seja, de cinco anos.

O argumento principal contra a

manutenção do presidencialismo até o final do mandato de Sarney é que ocasionaria uma dualidade institucional prejudicial à democracia. Fernando Henrique Cardoso disse que a idéia foi rejeitada com veemência pelas lideranças políticas, porque significaria, na prática, ter duas Constituições em vigor, uma parlamentarista e outra presidencialista, num momento em que o País precisa de definições rápidas.

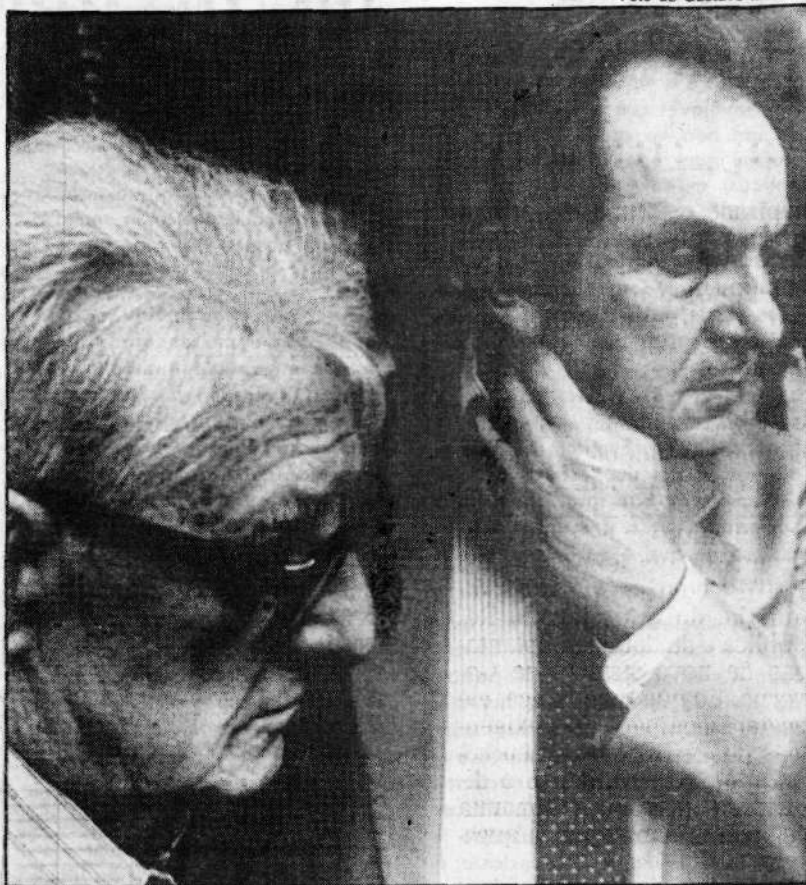
Cardoso disse também que reforma agrária e anistia continuam sendo os temas mais difíceis, e permanecem em discussão. Ele garantiu que não houve fraude, conforme suspeitava o Deputado Euclides Scalco, mas apenas um erro técnico, na inclusão de proposta do grupo do Senador José Richa, determinando o pagamento, com correção monetária, pelas terras desapropriadas, entre as alternativas submetidas por Cabral aos líderes partidários na sexta-feira.

A anistia aos militares cassados é outro ponto de estrangulamento, segundo o Senador. Nenhum dos políticos presentes à reunião quis comentar as declarações dos ministros militares contra a reparação pecuniária aprovada pelas comissões temáticas da Constituinte. Também negaram-se a comentar o pronunciamento do Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, pela manutenção da defesa interna entre as funções das Forças Armadas.

Bernardo Cabral assegurou que a prorrogação de prazo não vai atrasar os trabalhos da Constituinte, e que no dia 20 de setembro o projeto, depois de já ter passado pela Comissão de Sistematização, dará entrada em plenário. No dia 7, ele apresenta seu parecer às emendas oferecidas ao substitutivo. A apresentação do texto ocorrerá até as 17 horas de quarta-feira, dia 26.

Ulysses Guimarães disse, ao anunciar o novo prazo, que decidira pelo adiamento ao receber de Cabral documento encaminhando solicitação das assessorias da Câmara e do Senado, informando da impossibilidade de concluir a redação dos pareceres de Cabral sobre cada uma das 28 mil emendas apresentadas a tempo, e pedindo mais uma semana. Ele decidiu, porém, dar mais três dias, para permitir que o trabalho fosse terminado.

O Presidente da Constituinte esclareceu que o Regimento Interno lhe dá poderes para, em casos excepcionais e circunstâncias não previstas, decidir a bem da continuidade dos trabalhos. Admitiu que o novo prazo será usado também para que os políticos intensifiquem a busca de soluções por acordo para os temas polêmicos. Ulysses disse que seu encontro com o Presidente Sarney, já anunciado, ficou suspenso pela falta de um texto para servir de base à conversa. A reunião deverá ocorrer, mas ainda não tem data.



Cabral, à direita, define com Arinos seu substitutivo, na casa de Ulysses

Teixeira quer manutenção do regime

BELO HORIZONTE — O Deputado se deixa seduzir pelo parlamentarismo por acreditar que será o escolhido para Primeiro-Ministro, ironizou ontem o Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, ao analisar a pressão de alguns Governadores sobre a Constituinte pela manutenção do regime presidencialista. Teixeira não apóia a implantação do parlamentarismo no Brasil e acha que, de acordo com o programa do PMDB, o regime é condenável.

Ao lutar pelas eleições diretas no episódio histórico que culminou com a ascensão de Tancredo Neves, o PMDB pregava a manutenção do presidencialismo — lembrou o Ministro, acrescentando que a escolha de um Primeiro-Ministro funcionaria como um verdadeiro Colégio Eleitoral, nos moldes condenados em 1984.

Teixeira teme não só os conchavos e a predominância de interesses pessoais e transitórios que pesariam na formação dos gabinetes, mas também a paralisação da vida nacional toda vez que fosse necessário substituir um Ministro. Na sua opinião, o Brasil ainda não tem estabilidade administrativa e partidos homogêneos como os países europeus para sustentar um regime parlamentarista e precisaria de vários meses para remontar a máquina administrativa a cada queda de gabinete.

O Ministro aplaudiu o êxito do Governador Newton Cardoso em atrair de volta para o PMDB o Senador Itamar Franco, com quem estava estremeado desde a disputa pelo Governo de Minas Gerais. Segundo Aníbal Teixeira, "Minas está retomando a tradição do diálogo permanente e recuperando integralmente o seu peso geopolítico no cenário nacional". Na esteira de Itamar Franco, ele aposta que o Governador do Distrito Federal, José Aparecido, volta a Minas no final de seu mandato em Brasília, "com as malas e o título eleitoral na mão".

Grupo de relatores não consegue consenso sobre imissão de posse

BRASÍLIA — Reunido durante todo o dia, o grupo informal de Relatores Adjuntos mais uma vez não conseguiu desatar o nó da imissão imediata na posse, tema que vem impedindo o consenso no substitutivo do projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral. As negociações não avançaram e nenhum dos grupos parece disposto a ceder.

O Senador Virgílio Távora (PDS-CE) quer manter a sugestão que fez ao grupo do consenso, que retira do texto constitucional qualquer alusão à imissão de posse.

Os constituintes ligados ao Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) não só defendem a imissão imediata como só permitem que a fórmula de pagamento — em dinheiro ou em títulos da dívida pública — seja discutida na Justiça.

Por causa dessas posições irredutíveis, o trabalho de ontem dos Relatores Adjuntos limitou-se a discussões teóricas, sem resultado prático. E, para dificultar, nenhum dos 11 cons-

tituintes presentes à reunião no Banco do Brasil sabia onde estava o Relator Bernardo Cabral, que nem mesmo encaminhara um esboço de substitutivo para discussão.

O Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) passou boa parte da manhã convencendo os demais de que a ausência de menção à "função social da terra" no substitutivo vai acabar favorecendo a desapropriação. Segundo Vivaldo, isso vai deixar um caminho aberto para que as desapropriações se deem em mão única e exclusivamente pela argumentação "para fins de reforma agrária".

— Isto tudo é uma discussão que não leva a lugar algum — disse Virgílio Távora. — A imissão só será decidida no voto. O consenso é impossível.

Távora acredita que todo o capítulo da reforma agrária será aprovado na Comissão de Sistematização, independente do mérito, para que as emendas sejam votadas em regime

de destaque. Só aí é que a imissão de posse passará a ser discutida em plenário. Ele está preocupado com o trabalho que o grupo de Relatores Adjuntos está fazendo, porque, ao invés de "enxugar" o texto original do Relator Bernardo Cabral, está acrescentando artigos.

— O projeto "Tântalo" tinha 297 artigos, o "Icaro", 250 e o "Hércules", 259. Daqui deverá sair um substitutivo com quase 300 artigos — criticou Távora.

Isolado no Banco do Brasil, o grupo só soube do adiamento da entrega do substitutivo, de hoje para quarta-feira, no início da tarde, quando foi oficialmente comunicado pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ). A entrega foi adiada porque, até então, não havia projeto pronto.

— Nós só podemos apresentar um texto pronto. E o texto não está pronto — explicou o Senador José Inácio (PMDB-ES).

Ulysses exalta anistia aos inimigos e caráter pacificador de Juscelino

BRASÍLIA — Pacificador dos ânimos, que jamais negou anistia aos que se rebelaram contra seu Governo: esta foi a principal qualidade de Juscelino Kubitschek, de acordo com o pronunciamento do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ontem, em sessão de homenagem aos 11 anos de morte do ex-Presidente.

Ulysses comparou Juscelino a Caxias, que entrou para a história como "O Pacificador" ao derrotar os focos rebeldes nas províncias durante o segundo reinado. Juscelino teria sido "o pacificador sem farda", que conseguiu governar sem jamais ter usado o estado de sítio, e sempre perdendo os inimigos derrotados.

— Ele soube enfrentar as sedições com energia extraordinária, para preservar sua autoridade atingida. Mas logo em seguida, seu coração generoso se manifestava na anistia aos sediciosos — disse.

O período de governo de Juscelino, cumprido integralmente e com a passagem da faixa presidencial a um adversário, foi para o Brasil, segundo Ulysses, "uma demonstração da viabilidade do regime democrático, e de como este é capaz de gerar o desenvolvimento em paz de uma Nação".



Ulysses, à direita, recebe D. Sara, de blusa clara, na homenagem a JK

A sessão começou às 9h, com apenas seis constituintes, mais o Governador de Brasília, José Aparecido, e o arquiteto Oscar Niemeyer no plenário. Ulysses chegou atrasado para presidir a Mesa; logo em seguida, entraram a viúva de Juscelino, dona Sarah, sua filha, a Deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), e mulher de Ulysses, dona Mora, o empresário Carlos Murilo e o Ministro

da Justiça, Paulo Brossard. Homenagearam Juscelino, em nome de seus partidos, os Deputados Osvaldo Bender (PDS-RS), Bocayuva Cunha (PDT-RJ) e Paulo Delgado (PT-MG).

Márcia Kubitschek pediu a autonomia política e administrativa de Brasília, a cidade fundada por seu pai, com eleição direta do Governador e criação de Assembléia Legislativa.

Orestes Quércia repudia advertência de Figueiredo sobre risco de retrocesso

CAMPINAS, SP — O Governador de São Paulo, Orestes Quércia, discorda do diagnóstico do ex-Presidente João Figueiredo sobre os problemas do País, em que apontou haver condições para "um terceiro estado de força". Para Quércia, os problemas do Brasil "são decorrentes de um processo de transição, já que o País foi muito prejudicado pelo regime autoritário do qual o ex-Presidente é um expoente".

— Não tenho nada de pessoal contra o General Figueiredo. Mas não sei se ele é a pessoa indicada para dar orientações, até porque pediu que o esquecêssem, quando deixou a Presidência.

Segundo o Governador, trabalho de recuperação democrática "é árduo, difícil, mas espera-se que todos colaborem, inclusive o General Figueiredo". Admitiu a existência de problemas no processo, mas negou que haja desorganização administrativa.

— A Constituinte está trabalhando bem. Também não concordo que o radicalismo esteja perturbando a Constituinte. Tivemos problemas, porque as subcomissões foram organizadas sem critério mais aprofundado, e aconteceu uma tendência mais à esquerda e outra mais conservadora; isso fez com que tenhamos uma imagem um pouco negativa no início.